



Atitude, Comportamento e Conhecimento em Finanças de Beneficiários (as) do Programa Minha Casa Minha Vida em Ituiutaba/MG

Aluna: Sara da Silva Ferreira – sarasilva.f@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Odilon José de Oliveira Neto – professorodilon@gmail.com

Resumo

O presente estudo tem por objetivo identificar a atitude, o comportamento e o conhecimento em finanças de beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida no Município de Ituiutaba/MG. Para atingir tal objetivo, foi realizada uma pesquisa quantitativa por meio da aplicação de um questionário adaptado ao construído e aplicado por Potrich, Vieira e Kirch (2015). A amostra (nível de confiança de 90%) foi composta por 256 indivíduos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida que responderam ao questionário disponibilizado na plataforma digital *SurveyMonkey*. Os resultados da pesquisa permitiram verificar que, em geral, os pesquisados beneficiários do programa não têm o hábito de poupar e apresentam atitudes e comportamentos financeiros prejudiciais ao planejamento orçamentário e à administração efetiva das finanças pessoais. Além disso, concluiu-se que a maioria dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida não têm conhecimento sobre investimentos e que aqueles com nível de escolaridade formal inferior e sem ocupação têm conhecimento financeiro inferior aos de maior nível de escolaridade e empregados.

Palavras-chave: alfabetização financeira, educação financeira, atitude financeira, comportamento e conhecimento financeiro, Programa Minha Casa Minha Vida.

1. Introdução

A necessidade da população brasileira por moradia e a carência de infraestrutura existente na maioria dos municípios podem acarretar diversos problemas sociais, ambientais, entre outros (RUBIN; BOLFE, 2014). De acordo com Azevedo (1988), a partir de 1930, surgiram as primeiras iniciativas para a construção de casas populares no Brasil, porém essas iniciativas atingiram um pequeno número de pessoas. Dentre essas ações, destacou-se a criação da Fundação da Casa Popular (FCP), no ano de 1946, com a finalidade de resolver o problema habitacional, de infraestrutura e de saneamento básico das classes sociais mais baixas. Não obtendo o sucesso esperado, em parte, devido à excessiva dependência de verbas do orçamento federal, o órgão foi extinto em 1964.

Ainda em 1964, foi criado o Banco Nacional da Habitação (BNH), que seguia a mesma linha de atuação da FCP, conforme exposto por Azevedo (1988). Nesse mesmo ano, foi criado também o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), que permitia financiamentos via Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e recursos da caderneta de poupança, porém, em virtude do alto número de inadimplências por parte da classe baixa, entre 1970 e 1974, o BNH passou a ter como público-alvo a classe média-alta. Já em 1986, após, aproximadamente, uma década de crise econômica, o BNH foi extinto e suas funções foram incorporadas às atividades da Caixa Econômica Federal, o que, segundo o autor, dificultou a criação de novas políticas públicas voltadas às classes baixas.

Tendo em vista a redução do déficit habitacional, Moreira e Silveira (2017) expõem que, a partir do ano 2000, novas políticas públicas emergiram. Em face disso, incluiu-se na Constituição da República Federativa do Brasil, por meio da Emenda Constitucional n. 26, de 14 de fevereiro de 2000, a moradia como um direito social e, em decorrência, foram criados: o Programa de Arrendamento Residencial (2001); o Ministério das Cidades (2003); a Política Nacional de Habitação (2004); o Sistema Nacional de Habitação (2005), e o Plano Nacional de Habitação (2007).

Ao considerar que, mesmo após a criação de diversos instrumentos voltados a mitigar o déficit habitacional brasileiro, esse continuava a ser um problema. Fraga e Vieira (2019) destacam a criação, em 2009, do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), o qual foi cunhado com a finalidade de atender a população de baixa renda e propiciar o acesso à casa própria. Em conjunto com o déficit habitacional, o Brasil continuou a enfrentar outros inúmeros desafios, dentre os quais, destaca-se a educação, incluindo-se o problema de caráter financeiro da população em geral.

Além da problemática conjunta das políticas públicas habitacionais e do baixo nível de conhecimento financeiro da população, os autores destacaram também que a falta de planejamento e as mudanças ocorridas no âmbito político e econômico nos últimos anos contribuíram para a ampliação do grau de endividamento com financiamentos de imóveis e o aumento do nível de inadimplência no PMCMV, tendo alcançado 23% em 2015.

Ao analisar o contexto geral, apesar de fundamental, o acesso à moradia pode agregar obstáculos que atingem essa parcela da sociedade, estando, dentre eles, aqueles ligados às finanças, incluindo-se o planejamento orçamentário e a gestão do crédito. Mesmo sendo relativamente baixas, para essas pessoas e/ou famílias, as parcelas dos financiamentos podem ser consideradas altas quando somadas às demais despesas orçamentárias (FRAGA; VIEIRA, 2019). Além disso, Fiori et al. (2017) apontam que diversos fatores podem levar famílias e/ou indivíduos (pessoas físicas) ao endividamento e, conseqüentemente, à inadimplência, dentre os quais, ressalta-se o pouco conhecimento em finanças, em especial, planejamento e orçamento, bem como outros fatores de ordem social, como desemprego e baixa renda.

Nesse sentido, Lizote et al. (2016) expõem que as finanças devem se encontrar inseridas no cotidiano de uma sociedade, em especial, em ambientes marcados pela facilidade de acesso ao crédito, sendo esse um fator que acaba corroborando para a intensificação do consumo. No entanto, a falta de planejamento financeiro e a não utilização de ferramentas de gestão e controle orçamentário contribuem para a ineficácia da administração das finanças e colaboram para a conseqüente inadimplência e endividamento.

Nesse sentido, Mette, Araldi e Rohde (2018) relatam que a denominada classe C brasileira, que representa 27% da população, ao ter maior facilidade de acesso ao crédito e, conseqüentemente, um poder de compra ampliado, hipoteticamente, maximizaria seus problemas orçamentários, principalmente, devido à falta de conhecimento e controle sobre as finanças pessoais, visto que são esses elementos que fazem com que muitas dessas pessoas e/ou famílias comprometam partes significativas de suas respectivas rendas, tornando-se vulneráveis às mudanças no ambiente econômico.

Apesar da diminuição do déficit habitacional da população de baixa renda, boa parte das pessoas, pelo impacto dos subsídios e políticas públicas de financiamento para aquisição de moradias, por senso comum, ainda não planejam adequadamente suas finanças e apresentam dificuldades para saldar as parcelas, o que as torna não somente endividadas, como também inadimplentes, em parte, impactadas pelo desemprego, conseqüente diminuição da renda e descontrole no orçamento familiar. Nesse âmbito, o presente estudo busca responder a seguinte questão: Quais as atitudes, comportamentos e conhecimentos em finanças dos beneficiários (as) do Programa Minha Casa Minha Vida?

Nesse sentido, o artigo tem como objetivo identificar a atitude, o comportamento e o conhecimento em finanças de beneficiários (as) do Programa Minha Casa Minha Vida no Município de Ituiutaba/MG.

Este estudo se justifica pelo fato de que, mesmo subsidiados e/ou com acesso ao crédito habitacional com juros mais baixos, muitas famílias e/ou indivíduos encontram dificuldades e, muitas vezes, sequer conseguem pagar as parcelas do financiamento. Vale ressaltar que, além de criar programas sociais que beneficiem as classes menos favorecidas, como o PMCMV, que procura minimizar o déficit habitacional, entre outros voltados à assistência socioeconômica das famílias de baixa renda, é de suma importância verificar a capacidade de gestão das finanças pessoais desse público e analisar os fatores que levam esses indivíduos e famílias a apresentarem problemas de ordem econômico-financeira, incluindo os relacionados ao crédito, como o endividamento.

Estruturalmente, o presente artigo é composto por seis seções, iniciando-se por esta introdução. Em seguida, tem-se a fundamentação teórica, em que serão abordadas as principais definições de planejamento financeiro, educação financeira, alfabetização financeira e déficit habitacional, que são elementos centrais do presente estudo, e discutidas importantes características dos principais estudos teórico-empíricos relacionados ao tema com o intuito de fundamentar a discussão dos resultados da pesquisa e abordar os pontos fundamentais do debate a respeito da educação financeira, principalmente, no que se refere à tríade: atitude, comportamento e conhecimento. A terceira seção é conduzida pela estrutura metodológica, com destaque para a descrição de dados e procedimentos da pesquisa. A quarta seção é composta por resultados e análises, enquanto que a quinta seção expõe as conclusões e considerações finais acerca do estudo. Por fim, são apresentadas as referências bibliográficas e não bibliográficas do estudo.

2. Fundamentação Teórica

Tanto sob o ponto de vista técnico, quanto científico, sugere-se que um bom planejamento financeiro pode proporcionar melhor qualidade de vida e minimizar o descontrole no orçamento familiar. Sob essa perspectiva, a realização de um orçamento bem planejado inicia-se pelo estabelecimento de metas e objetivos a serem alcançados. Em seguida, faz-se necessária a análise da real situação financeira do indivíduo e/ou família, o que, teoricamente, contribuiria para o alinhamento entre as receitas e as despesas, auxiliando-os nas decisões sobre o uso do dinheiro e investimentos, o que coopera para evitar o desequilíbrio financeiro (SANTOS; SILVA, 2014; BARBOSA; PRADO; SILVA, 2014).

O controle antecipado dos gastos, visando à realização de atividades e/ou projetos futuros, é denominado orçamento, podendo ser dividido em categorias como: alimentação, saúde, vestuário, entretenimento, entre outras. Esses gastos devem ser constantemente gerenciados, devendo ainda os recursos serem alocados de maneira planejada e consciente, priorizando os elementos mais importantes (SILVA; PARENTE; KATO, 2009; FRANCISCHETTI; CAMARGO; SANTOS, 2014). Por outro lado, a ausência do planejamento financeiro e o descontrole no orçamento familiar podem ocasionar um expressivo aumento no número de pessoas e/ou famílias endividadas (SANTOS; SILVA, 2014).

O conhecimento básico sobre decisões financeiras cotidianas, em que se inclui o planejamento financeiro, mais conhecido como educação financeira, se torna indispensável, uma vez que influencia diretamente nas decisões econômicas das pessoas e/ou famílias. Assim sendo, hipoteticamente, quanto maior é o grau (nível) de educação financeira, maior é o entendimento quanto às informações financeiras e melhores serão as decisões tomadas nesse âmbito (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007; METTE; ARALDI; ROHDE, 2018).

A definição de educação financeira ou conhecimento financeiro apresenta diferenças e similitudes entre autores especialistas nessa temática (FONSECA *et al.*, 2012). Na concepção

de Braunstein e Welch (2002), a educação financeira deve ser desenvolvida com simplicidade, caracterizando-se pela incorporação de informações básicas sobre o dinheiro, evoluindo para o que se conhece por alfabetização financeira, que é tida como mais abrangente por agregar questões relacionadas à gestão adequada do dinheiro, como, por exemplo, o entendimento da sua evolução no tempo. Nesse âmbito, Costa e Miranda (2013) afirmam que o conhecimento em finanças tem grande influência nas tomadas de decisões de consumo, crédito e investimento.

Os estudos que fundamentam a pesquisa de Costa e Miranda (2013) destacam, sobretudo, a associação entre as variáveis nível educacional, renda e riqueza. Nesse sentido, ressalta-se que o conhecimento é útil quando transformado em práticas adequadas e resulta no bem-estar dos indivíduos, caso contrário, não tem valor algum (HOGARTH; HILGERT, 2002).

Huston (2010) expõe que o conhecimento em finanças é fundamental para uma gestão adequada do orçamento pessoal e, apesar de, conceitualmente, educação financeira e alfabetização financeira serem sinônimos, ambas são complementares e representam o progresso do conhecimento em finanças. Para Potrich, Vieira e Kirch (2015), apesar de ser uma habilidade fundamental, a carência de conhecimento em finanças ainda atinge grande parte da população ao redor do mundo. A *Organisation for Economic Co-operation and Development* (em português, sigla OCDE – Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico) caracteriza a alfabetização financeira como uma combinação entre informação, habilidade, discernimento, atitude e comportamento que, juntos, auxiliarão as pessoas nas tomadas de decisões financeiras (ATKINSON; MESSY, 2011).

Agregado a isso, ressalta-se ainda que o conhecimento e o entendimento em finanças adquiridos por um indivíduo podem interferir na sua atitude e no seu comportamento, permitindo que pessoas com menos conhecimento sejam mais propensas a tomar decisões financeiras inadequadas, ter dificuldades para gerenciar o dinheiro e, também, se endividar (SHOCKEY, 2002; HOGARTH; HILGERT, 2003; ATKINSON; MESSY, 2011; LUSARDI; TUFANO, 2015). Sob essa óptica é que Lusardi e Mitchell (2011) ressaltam que os indivíduos que têm mais conhecimento financeiro estão mais propensos a planejar sua aposentadoria, garantindo melhor qualidade de vida no futuro.

Outro fator que corrobora para o aumento das obrigações é o acesso ao crédito, o que é definido por Sehn e Junior (2007) como o ato de confiança ao se firmar um compromisso com outra pessoa. Em complemento, Matos, Bonfant e Mette (2014) interpretam as compras a crédito como a obtenção no presente de algum produto ou serviço, utilizando recursos de outra pessoa ou instituição de modo a ser concedido um prazo para pagamento.

No que se refere a indivíduos que percebem menor renda e pouco conhecimento em finanças, vale ressaltar que esses podem apresentar comportamentos inadequados na gestão do dinheiro, como: descontrole ao utilizar cartão de crédito, obtenção de empréstimos pessoais para consumo, refinanciamento de imóveis quando há queda nas taxas de juros e disposição para financiar imóveis e veículos em condições desfavoráveis, sendo esses os fatores que corroboram para o endividamento (BEAL; DELPACHITRA, 2003; CAMPBELL, 2006). Além disso, o fácil acesso a vários tipos de crédito para a população de baixa renda, combinado com a falta de conhecimento de finanças, pode tornar a situação cada vez mais preocupante (DONADIO; CAMPANARIO; RANGEL, 2012).

Principalmente, a partir de meados da década de 2000, com intenção de estimular o consumo e gerar benefícios para a economia, houve um aumento significativo na disponibilidade de crédito para a população brasileira o que, no longo prazo, poderia, teoricamente, acarretar problemas, tais como, alto endividamento da população, redução do poder de compra e aumento da inadimplência (METTE, 2015). Especificamente, a inadimplência é tida como a falta de pagamento de uma dívida (obrigação de crédito) dentro do prazo combinado (SEHN; JUNIOR, 2007).

Nessa perspectiva, Savoia, Saito e Santana (2007) apontam que a ampliação da oferta de crédito se dá devido à dificuldade do poder público de poupar e realizar os investimentos impulsores do crescimento. No entanto, os autores destacam que a maioria da população não tem conhecimento adequado para gerenciar o orçamento, recorrendo errônea e descontroladamente ao crédito fácil. Essa situação, na maioria das vezes, eleva os gastos familiares, tornando-os excessivos o ponto de elevar o endividamento a níveis impagáveis (LO; HARVEY, 2011).

Matos, Bonfant e Mette (2014) destacam que, ao se elevar a oferta de crédito, esperava-se que, futuramente, o crescimento da renda viesse a suprir o aumento do endividamento, no entanto, em razão do baixo nível de poupança, a população brasileira não consegue acompanhar o crescimento da oferta e recorre às várias opções de crédito disponível, o que, em longo prazo, gera excesso de endividamento e, conseqüentemente, aumento da inadimplência. Isso afeta, principalmente, as classes de baixa renda, as quais são mais vulneráveis economicamente e têm, em sua maioria, baixo nível de conhecimento financeiro.

Dados publicados em 2018 pela Serasa Experian, referente a dezembro de 2017, assinalam um aumento de 3,5% no número de pessoas físicas inadimplentes, totalizando 62,5 milhões de pessoas com dívidas em atraso. As classes baixas atingiram o maior percentual de inadimplência, com as classes D e C e E atingindo, respectivamente, 61,1%, 22,8%, 12,5% do total. Nessa linha de discussão, dados da pesquisa realizada em abril de 2019 pela Confederação de Bens, Serviços e Turismo (CNC) revelaram que 62,7% das famílias estão endividadadas. Dessas famílias, 23,9% têm contas em atraso e 9,5% declaram não ter condições de liquidar suas obrigações e, por conseqüência, permanecerão inadimplentes (SERASA EXPERIAN, 2018).

Visando ampliar o poder de compra dos brasileiros pertencentes às classes de baixa renda, a partir do ano 2000, diversos programas sociais de transferência direta de renda foram criados (COSTA; TROCCOLI, 2014), tais como: Cartão Alimentação, Bolsa-Alimentação, Bolsa-Escola, Auxílio-Gás, Programa Fome Zero e Bolsa Família (QUEIROZ *et al*, 2010). No ano de 2007, foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), cujo objetivo seria retomar investimentos em obras de infraestrutura, saneamento, logística, habitação, entre outros (BRASIL, 2019). Já no ano de 2009, lançou-se o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), o qual foi estruturado com a finalidade de reduzir o déficit habitacional existente no país, gerar emprego e renda por meio da construção civil e ampliar o desenvolvimento das classes beneficiárias (BRASIL, 2015).

De acordo com Fraga e Vieira (2019), por meio do Programa Minha Casa Minha Vida, foram disponibilizados subsídios que possibilitaram o acesso de boa parcela da população de baixa renda à casa própria com o comprometimento de apenas 5% da renda mensal para fins de quitação da parcela do financiamento. Entretanto, notou-se também que, mesmo com baixos valores das parcelas, muitas famílias encontraram dificuldades para pagá-las, o que, supostamente, ocorreu em razão da restrição orçamentaria e das mudanças políticas e econômicas, que são fatores que corroboram para o aumento do grau de endividamento e inadimplência, incluindo às dívidas contraídas no Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

Ao tratar, especificamente, do Sistema Financeiro de Habitação, dados do Banco Central do Brasil revelam que, a partir de 2014, houve um aumento de, aproximadamente, 10 bilhões de reais em ativos problemáticos, que são operações de crédito do mercado imobiliário e que se constituem em transações de crédito com atraso superior a 90 dias. Essas são obrigações que ainda não atingiram um ano e outras que apresentam altos riscos (BRASIL, 2019).

Dando continuidade à fundamentação teórica, serão apresentados e debatidos, na sequência, resultados de importantes estudos teórico-empíricos que tratam de problemáticas relacionadas ao conhecimento de finanças, que é a temática central do presente estudo.

Estudo realizado por Gathergood (2012) com consumidores do Reino Unido analisou a hipótese de existência da relação entre as variáveis: autocontrole, educação financeira e superendividamento. Para alcançar tal objetivo, foram realizadas entrevistas via internet com 1234 famílias, contendo perguntas relacionadas à demografia das mesmas, informações sobre mercado de trabalho, renda, saldo orçamentário e dados detalhados sobre produtos de crédito ao consumidor. Como resultado, foi constatado que 17,5% das famílias têm dívidas com, no mínimo, um mês de atraso e 10% chegam a estar com três meses de atraso no pagamento de, pelo menos, um produto de crédito.

Gathergood (2012) também verificou que 9,2% dos entrevistados têm fortes problemas de autocontrole e compram por impulso. Em relação ao conhecimento de finanças, foram feitas 3 perguntas sobre: juros compostos, juros e pagamentos mensais. Analisando as respostas, notou-se que parte significativa dos respondentes que têm dívida em atraso não responderam corretamente a essas perguntas. Os resultados apontam que é mais comum estarem endividadas famílias jovens, com menor nível de educação formal, com baixas taxas de emprego ou desempregadas, sem propriedade própria (dependentes de aluguel) e solteiros.

Diante disso, Gathergood (2012) concluiu que autocontrole e conhecimento de finanças associam-se positivamente com o endividamento e a inadimplência. Aqueles que demonstram problemas com autocontrole apresentaram-se mais vulneráveis a problemas creditícios do que aqueles que não são considerados financeiramente alfabetizados.

Com a finalidade de mensurar o nível de conhecimento financeiro e a compreensão em finanças pessoais da população no Município de Chapecó, no Estado de Santa Catarina - Brasil, Piccini e Pinzetta (2014) realizaram um levantamento de dados quantitativos por meio de questionários e os resultados obtidos mostraram que a população chapecoense apresenta um grau de conhecimento e endividamento positivos quando comparados com o restante do país, o que pode se justificar pelo fato de aquela população ter um nível de instrução (educação formal) mais elevado. Esse resultado corrobora as conclusões de Potrich, Vieira e Kirch (2015), Gathergood (2012) e Fiori *et al* (2017), que revelaram que os indivíduos que têm maior nível de educação formal tendem a ser mais alfabetizados financeiramente.

De acordo com Piccini e Pinzetta (2014), os respondentes, no geral, revelaram ter algum conhecimento sobre orçamento doméstico e planejamento financeiro e 5% desses têm conhecimento sobre como investir. Esse resultado contraria os achados de Santos e Silva (2014), que apontaram que grande parte da população dos Estados de Sergipe e Bahia não têm qualquer conhecimento em finanças. Dentre os entrevistados por Piccini e Pinzetta (2014), 67% estão com mais de 30% da renda mensal comprometida com empréstimos e outras responsabilidades orçamentárias. Durante o estudo, atestou-se que, em geral, a população se interessa pelo assunto, mas 95% dos entrevistados não têm conhecimento suficiente para fazer algum tipo de investimento e, apesar de demonstrar interesse em assuntos como planejamento e orçamento, não se atentam para a importância do conhecimento em finanças.

Nessa linha de investigação e com a finalidade de identificar os principais fatores que levam ao endividamento financeiro familiar, Santos e Silva (2014) realizaram um estudo descritivo por intermédio de aplicação de 260 questionários divididos igualmente entre famílias dos Estados da Bahia e de Sergipe. A análise dos resultados da pesquisa apontou que, em Sergipe, 59,33% dos respondentes têm algum conhecimento financeiro e afirmam ter algum tipo de controle sobre os gastos pessoais, enquanto 40,77% afirmaram não ter qualquer conhecimento sobre o assunto.

De acordo com Santos e Silva (2014), 52,31% dos entrevistados na Bahia afirmaram nunca ter ouvido falar sobre educação financeira. No que se refere a métodos de controle de gastos, o registro mais utilizado pelo público entrevistado é o caderno de anotações e, em segundo lugar, ficaram os não respondentes, seguidos daqueles que utilizam planilhas eletrônicas. Em Sergipe, 55,39% das famílias revelaram estar com mais de 40% da renda

comprometida e 34,62% se consideram endividadas. Já na Bahia, 73,85% informaram estar com a renda comprometida e 54,62% colocaram-se como endividadas. Diante dos resultados, os autores expuseram que, nesse caso, o planejamento adequado das finanças auxiliaria as famílias a tomar melhores decisões, incluindo as de consumo, e, ainda, que todos os membros da família deveriam se planejar com vistas ao alcance do equilíbrio financeiro.

Potrich, Vieira e Kirch (2015), utilizando-se dos constructos atitude financeira, comportamento financeiro e conhecimento financeiro, analisaram a influência das variáveis socioeconômicas e demográficas no nível de alfabetização financeira dos moradores do Rio Grande do Sul. De acordo com os resultados da pesquisa, 32,9 % dos respondentes apresentaram um nível elevado de conhecimento em finanças.

Ao analisar as variáveis gênero, número de dependentes, ocupação, escolaridade, renda, os autores constataram que, no geral, os homens são mais alfabetizados financeiramente do que as mulheres e indivíduos com níveis mais elevados de escolaridade tendem a ter rendas maiores. Dentre os respondentes, aqueles que têm dependentes apresentam, no geral, menores níveis de conhecimento em finanças do que aqueles que não os têm. Além disso, foi possível constatar também que os desempregados têm um conhecimento em finanças inferior quando comparados com os empregados.

Na busca de analisar o efeito da educação financeira sobre a inadimplência dos trabalhadores de Manaus, Fiori *et al* (2017) realizaram uma pesquisa quali-quantitativa, descritiva e de campo por intermédio de aplicação de 66 questionários. Os resultados revelaram que 70% dos pós-graduados têm mais interesse e conhecimento em relação às finanças pessoais e 5% dos entrevistados que têm o ensino médio completo afirmam não saber nada sobre o assunto, além de não terem nenhuma reserva financeira.

Por sua vez, Fiori *et al* (2017) verificou que aqueles que têm maior renda têm mais controle sobre seus gastos. O estudo revelou também que 50% dos respondentes já tiveram necessidade de negociar alguma dívida e 30,3% tinham dívidas atrasadas (como: prestação de carro, condomínio, IPTU, internet e/ou TV por assinatura) a mais de 90 dias. Os entrevistados que se encontravam inadimplentes no momento foram aqueles que afirmaram não ter um conhecimento em finanças.

Utilizando-se do mesmo método de pesquisa qualitativa, Mette, Araldi e Rohde (2018) realizaram pesquisa que contaram com sete entrevistas e aplicaram outros 80 questionários com a finalidade de avaliar a existência de uma relação entre conhecimento, comportamento e atitude financeira e propensão à inadimplência junto à classe C brasileira. A pesquisa revelou que a maioria dos entrevistados não têm condições de investir no momento devido à falta de dinheiro. Na etapa qualitativa, em relação ao assunto investimentos, três dos sete respondentes têm poupança, mas não demonstram interesse sobre o assunto. Os entrevistados, no geral, ao contraírem dívidas com empréstimos, financiamentos, carnês ou cartão de crédito, não fazem uma análise sobre as taxas de juros aplicadas na operação.

Na etapa quantitativa, Mette, Araldi e Rohde (2018) verificaram que os respondentes compreendem a importância e o impacto do gerenciamento financeiro no futuro, apresentando um índice de concordância médio de 4,34 em uma escala de 1 a 5 pontos. No entanto, a etapa anterior mostra que, mesmo estando conscientes da importância de administrar eficientemente as finanças e se planejarem para o futuro, os respondentes não colocam esse conhecimento em prática. Os resultados do estudo apontaram ainda que o cartão de crédito é o instrumento de crédito que mais leva ao endividamento e à inadimplência e que aqueles indivíduos que não recorrem a empréstimos e têm mais conhecimento financeiro apresentam menor propensão à inadimplência.

Diante dos dados obtidos a partir desses estudos, nota-se que, no geral, os indivíduos de classes com menos educação formal e com menor renda têm menos conhecimento em finanças e apresentam comportamentos e atitudes financeiras menos conscientes, estando, assim, mais

propensos a se tornarem inadimplentes. Além disso, mesmo as pessoas que têm algum conhecimento em finanças, ou que compreendem a importância do planejamento e controle dos gastos, não têm hábitos financeiros saudáveis. Assim, o presente estudo busca analisar a atitude, o comportamento e o conhecimento financeiro de beneficiários do PMCMV, bem como verificar se existe relação com as variáveis sociodemográficas desse grupo. A seguir, serão discutidos os procedimentos metodológicos utilizados para a coleta de dados e desenvolvimento da presente pesquisa.

3. Metodologia: dados e procedimentos

Diante da busca por atingir o objetivo central do estudo, que consiste em identificar a atitude, o comportamento e o conhecimento em finanças de beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida no Município de Ituiutaba/MG, desenvolveu-se uma pesquisa aplicada com abordagem quantitativa, sendo descritiva-exploratória, haja vista a finalidade de descrever e analisar os elementos centrais (atitude, comportamento e conhecimento) dos participantes sem interferir nos resultados. O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa aplicada que, segundo Vergara (2013), não se baseia na especulação e/ou curiosidade do pesquisador e, sim, tem a finalidade de analisar e/ou solucionar problemas reais.

Por meio da aplicação de um questionário construído com base naquele aplicado por Potrich, Vieira e Kirch (2015), foram obtidas respostas referentes à atitude, ao comportamento e ao conhecimento financeiro dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida no Município de Ituiutaba, Minas Gerais, levando em consideração as variáveis socioeconômicas e demográficas: gênero, estado civil, se tem dependentes, ocupação, residentes além do beneficiário, idade, escolaridade e renda familiar. Vale ressaltar que algumas questões do questionário de Potrich, Vieira e Kirch (2015) foram retiradas ou adaptadas por não atenderem ao perfil dos pesquisados, como, por exemplo, a questão referente ao imposto de renda, sendo esse um elemento que o público pesquisado não incorpora. Em suma, o instrumento de Potrich, Vieira e Kirch (2015) adotou uma medida multidimensional baseada nos três constructos sugeridos pela OECD (2013), sendo eles: a atitude financeira, o comportamento financeiro e o conhecimento financeiro.

Para medir a atitude financeira, foram definidas 10 questões cujas respostas seriam baseadas na escala de Likert de cinco pontos, representadas da seguinte forma: 1 – discordo totalmente, 2 – discordo parcialmente, 3 – nem concordo e nem discordo, 4 – concordo parcialmente e 5 – concordo totalmente. Para mensurar o comportamento financeiro, foram definidas 22 questões, seguindo a escala Likert, a serem aplicadas no contexto da verificação da atitude financeira. Na sequência, com o intuito de identificar o nível de conhecimento financeiro, foram definidas 8 questões de múltipla escolha que dizem respeito, essencialmente, à área do conhecimento financeiro, incluindo-se perguntas referentes à taxa de juros, inflação, risco e retorno de investimentos.

Com a finalidade de verificar a confiabilidade e a consistência do questionário da pesquisa no que tange à atitude financeira (10 questões), ao comportamento financeiro (22 questões) e ao conhecimento financeiro (8 questões), optou-se pelo uso do coeficiente Alpha de Cronbach (α), que é uma ferramenta prestigiada no meio científico quando se trata de medição e avaliação da confiabilidade e da consistência de questionários, incluindo-se situações em que se encontram dois ou mais elementos.

Os valores do coeficiente Alpha de Cronbach (α) variam de 0 a 1, de modo que quanto mais próximo de 1, maior confiabilidade há entre os indicadores (BLAND; ALTMAN, 1997; MATTHIENSEN, 2010). Nesse âmbito, um coeficiente de confiabilidade de 0,70 ou superior é considerado “aceitável” (CAVANA ET AL., 2001). No caso da presente pesquisa, as estatísticas do coeficiente Alpha de Cronbach foram os seguintes para o conjunto de questões referentes aos elementos avaliados: a atitude financeira ($\alpha = 0,717$), o comportamento

financeiro ($\alpha = 0,882$) e o conhecimento financeiro ($\alpha = 0,862$). Além do coeficiente Alpha de Cronbach avaliado por elemento (atitude, comportamento e conhecimento em finanças), foi também estimada essa estatística para o questionário completo ou pesquisa geral (*overall survey*), tendo sido o resultado ($\alpha = 0,769$). Ao considerar a confiabilidade para a pesquisa geral, que é de 0,769, tem-se que essa estatística demonstra uma consistência interna moderadamente alta de cada elemento e do questionário geral, uma vez que todos os coeficientes Alfa de Cronbach estão acima do limite considerado aceitável, que é de 0,7.

Para definição do número de participantes da pesquisa, buscaram-se, primeiramente, informações junto à Secretaria de Desenvolvimento Social de Ituiutaba/MG sobre o número de beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) que é um programa habitacional popular vigente de março/2009 a janeiro/2021. Oficialmente, foi verificado, até o dia 01 de março de 2021, que foram destinadas (entregues) 4140 unidades-casas (residências) aos beneficiários do PMCMV no Município de Ituiutaba/MG, as quais estavam distribuídas, especificamente, em 10 bairros, sendo eles: Buritis (328), Canaã I (500), Canaã II (500), Nadime Derze Jorge I (331), Nadime Derze Jorge II (500), Gilca Vilela Cancelli (364), Residencial Dr. Marcondes Bernardes Ferreira (230), Jardim Europa II (390), Nova Ituiutaba I (529) e Nova Ituiutaba III (468). Segundo informações da Secretaria de Desenvolvimento Social de Ituiutaba/MG, o processo de formalização e entrega das moradias de dois bairros beneficiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida no município ainda se encontra em andamento, sendo eles: Nova Ituiutaba II (361) e Nova Ituiutaba IV (439).

Diante desses números, foi realizado o cálculo amostral para definição do número de respondentes. O dimensionamento da amostra foi calculado por meio da equação (1). Com o objetivo estimar a proporção para definir qual é o tamanho ideal da amostra, utilizou-se a seguinte equação (FONSECA; MARTINS, 2009):

$$n = \frac{Z_{(\alpha/2)}^2 \hat{p}(1-\hat{p})N}{\varepsilon^2 (N-1) + Z_{(\alpha/2)}^2 \hat{p}(1-\hat{p})}$$

Em que: n representa o tamanho da população ($N = 4140$); $Z_{\alpha/2}$ refere-se probabilidade $\alpha/2$ unicaudal da distribuição normal padrão ($\alpha = 10\% - Z = 1,645$); ao nível de significância estatística de 90%.

Considerando um nível de confiança de 90% e um erro amostral de 5%, chegou-se a uma amostra final de 256 indivíduos.

Para avaliar possíveis erros ou dificuldades de interpretação no questionário, foram aplicados 8 questionários como teste e, após os ajustes necessários, os questionários estruturados foram aplicados entre os dias 10 de maio de 2021 e 21 de setembro de 2021 com o uso da plataforma SurveyMonkey. Os questionários foram disponibilizados para o público-alvo da pesquisa por meio dos grupos de maior alcance do município, ou seja, pelas redes sociais Facebook e Instagram, além da solicitação de divulgação para outros grupos e redes sociais, como WhatsApp e Telegram.

Para consecução desse levantamento, foram realizadas três etapas, descartando-se os questionários incompletos nas duas primeiras etapas, até conseguir, na terceira etapa, atingir o número de questionários definido pelo cálculo amostral. Na primeira etapa, após atingir os 256 questionários, 26 foram descartados por estarem incompletos. Na segunda etapa, concluiu-se o levantamento de 26 questionários faltantes, mas 3 retornaram sem completude. Já na terceira etapa, foram respondidos mais 3 questionários completos, chegando-se, assim, ao número definido pelo cálculo amostral.

Destaca-se que os dados coletados se caracterizam como primários e com seleção de respondentes por amostra probabilística, aleatória e imparcial. Segundo Vergara (2016), na amostra aleatória simples, a seleção dos respondentes é feita de maneira aleatória, tendo todos chances de serem selecionados. Além disso, levou-se em consideração o fato de beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida apresentarem-se em um recorte específico em termos de perfil socioeconômico.

Na análise dos resultados da pesquisa, foi utilizado o método análise de frequência, recorrendo-se ao cálculo de frequência relativa, em que a frequência absoluta da categoria é dividida pelo total da frequência absoluta. Esse cálculo foi realizado para cada categoria, obtendo-se como resultado um número decimal entre zero e um. Ao final, cada resultado é multiplicado por 100, o que representa a frequência relativa em porcentagem. Os dados e os resultados da investigação permitiram a comparação e triangulação de discussões com resultados de outras pesquisas e contribuíram para ampliar o debate e as conclusões acerca da temática central abordada no estudo.

4. Resultados e análises

A apresentação dos resultados da pesquisa com beneficiários do PMCMV no Município de Ituiutaba/MG tem início com a descrição do perfil do público participante da pesquisa. Conforme exposto na **Figura 1**, a maioria dos beneficiários são do sexo feminino, mais precisamente, 89,11% do total, enquanto o sexo masculino representa apenas 10,89%. Vale ressaltar que, entre os critérios preferenciais de seleção dos beneficiários do programa, estão as famílias compostas por mulheres chefes de família, famílias monoparentais, ou seja, que têm apenas um responsável legal por crianças e/ou adolescentes, bem como famílias com pessoas idosas (CAIXA, 2020).

A faixa etária predominante no público participante da pesquisa foi de 30 a 49 anos, precisamente, 69,26% da amostra. Em relação ao estado civil, os casados representam 29,57%, enquanto que 70,42% correspondem ao conjunto de solteiros, separados, viúvos ou outro estado civil. Ao todo, 84,05% dos beneficiários revelaram ter um ou mais dependentes. A respeito do número de residentes, verificou-se que 80% das moradias têm de dois a cinco residentes além dos beneficiários, incluindo-se pais, irmãos, cônjuge, filhos e/ou outros moradores. Entre as mulheres, 43,67% se declaram solteiras, com 84% dessas se apresentando com dependentes. Destaca-se o fato de que famílias que têm filhos com menos de 18 anos também estão incluídas nos critérios preferenciais de seleção (CAIXA, 2020). Salienta-se ainda que apenas 2,72% das moradias são ocupadas apenas pelo próprio beneficiário.

Em relação à escolaridade, entre os beneficiários do sexo masculino, 21,42% têm ensino superior ou pós-graduação, enquanto, entre as mulheres, esse percentual é de 11,79%. Dos respondentes, aproximadamente, 55% concluíram o ensino médio (ou antigo segundo grau), 22,18% concluíram o ensino fundamental, 9,73% têm ensino superior, 7,78% fizeram curso técnico, 3,11% são pós-graduados e apenas 2,33% se declararam sem escolaridade. Verificou-se ainda que, entre os beneficiários que têm ensino superior e/ou pós-graduação, apenas 1 estava com alguma parcela em atraso no momento da pesquisa, enquanto que, entre aqueles que se enquadram nos demais níveis de escolaridade, 20,24% apontaram estar com uma ou mais parcelas em atraso. Esse resultado diverge dos achados de Fraga e Vieira (2019) que também realizaram uma pesquisa com beneficiários do PMCMV. Entre os achados, os autores encontraram que respondentes com escolaridades entre ensino fundamental e ensino médio representaram 86,76% dos adimplentes.

No que se refere à ocupação dos pesquisados, 62,11% têm emprego formal no setor privado (ou carteira de trabalho assinada), 25,78% são trabalhadores informais (ou sem carteira de trabalho assinada), 10,16% não são trabalhadores formais e nem informais (desempregados) e 1,95% são servidores públicos. A renda familiar predominante de, aproximadamente, 55%

dos beneficiários, encontra-se no patamar de um a dois salários mínimos, enquanto que 35,80% percebem renda superior a dois salários mínimos. Dentre os respondentes, 8,17% apontaram ter renda de até R\$ 1.100,00.

Quando questionados sobre a relação entre a renda e o valor da prestação do financiamento, metade dos beneficiários consideraram o valor razoável, 29,69% acham a prestação baixa ou muito baixa, enquanto 20,32% julgam a parcela alta ou muito alta, considerando-se o atual orçamento familiar. Entre os que têm renda de até R\$1.100,00, 40,90% consideram o valor da prestação alta ou muito alta, enquanto que, entre os que têm renda mensal acima desse valor, essa porcentagem cai para 18,37%. De acordo com as exigências de seleção do PMCMV, a renda bruta familiar deve ser de até R\$1.800,00 (um mil e oitocentos reais), com flexibilidade de até 10% das famílias terem renda bruta de até R\$ 2.350,00 (dois mil, trezentos e cinquenta reais) (CAIXA, 2020).

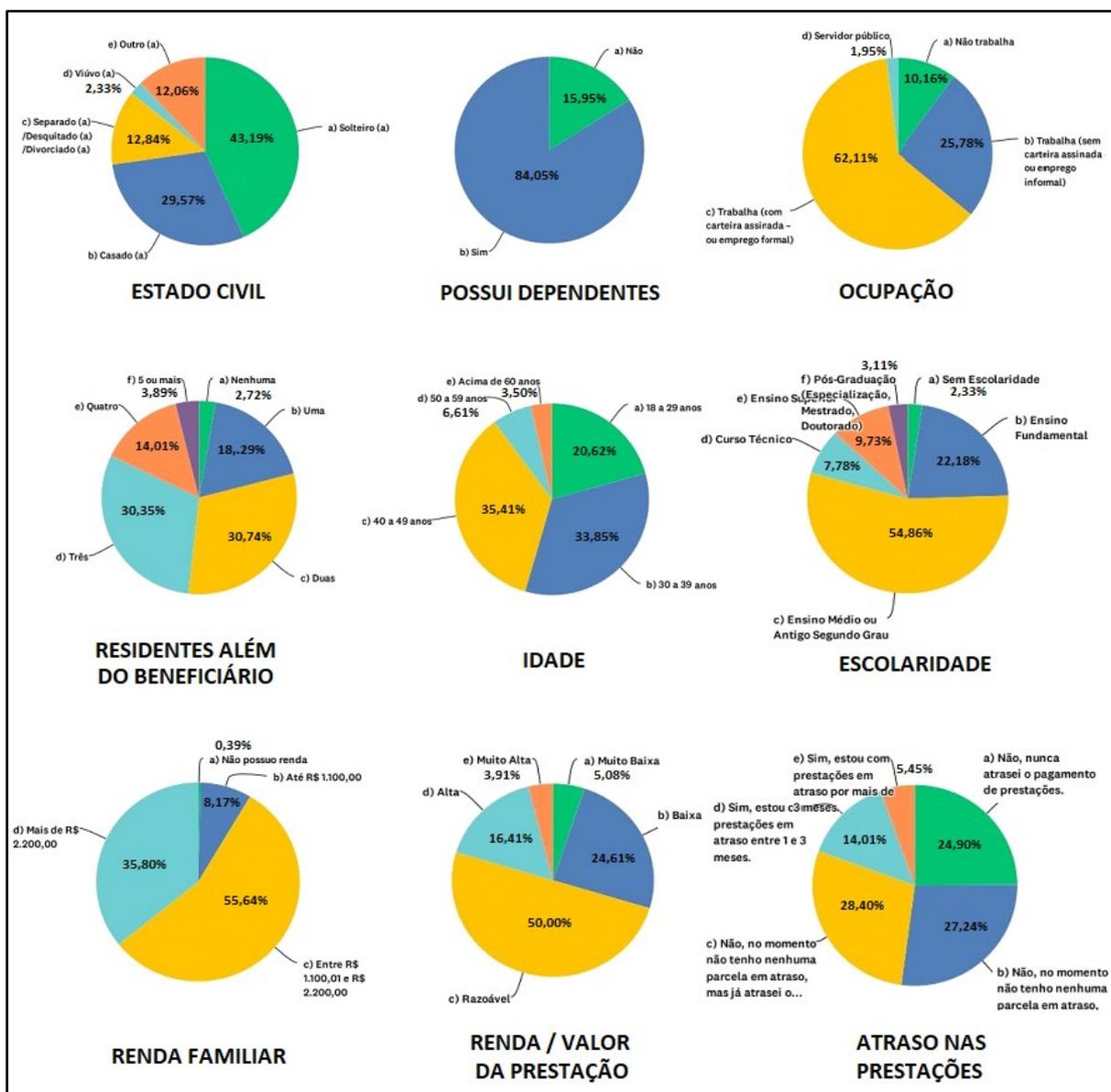


Figura 1 – Perfil dos beneficiários do PMCMV
Fonte: Dados da pesquisa

Dando continuidade à análise dos dados da **Figura 1**, ao verificar a questão que trata do atraso nas prestações do financiamento, 55,64% revelaram não ter nenhuma parcela em atraso

no momento, mas informaram já terem atrasado o pagamento das prestações por até três meses (27,24%) ou mais de três meses (28,40%). Vale destacar que, aproximadamente, um quarto dos beneficiários nunca atrasaram o pagamento das prestações, enquanto que em torno de 15% estão com prestações em atraso entre 1 e 3 meses e 5,45% estão com parcelas acumuladas com falta de pagamento há mais de 3 meses. Esses dados são similares aos expostos no estudo de Fraga e Vieira (2019), que também tiveram como público-alvo beneficiários do PMCMV. No estudo, os autores constataram que, no momento da coleta, 20% dos respondentes estavam com alguma parcela em atraso. Em contrapartida, o percentual de pessoas que nunca tiveram atraso nas prestações, conforme investigação de Fraga e Vieira (2019) foi de 45,16%, maior que o encontrado no presente estudo.

Entre os homens, 39,29% apontaram nunca ter atrasado o pagamento das prestações e 60,71% já atrasaram a prestação em algum momento ou está com uma ou mais prestações em atraso. Já entre as mulheres, esses percentuais foram, respectivamente, de 23,14% e 76,86%, sendo esse um resultado parcialmente semelhante aos achados de Fraga e Vieira (2019), tendo sido encontrado que, entre os adimplentes, 78,57% são mulheres e, entre os inadimplentes, elas representam 88,24% do total.

Após a descrição e avaliação do perfil dos beneficiários (**Figura 1**), o estudo segue com a análise dos resultados referentes às respostas sobre as dez assertivas associadas à atitude financeira dos beneficiários do PMCMV (**Tabela 1**) avaliadas por meio da escala de Likert de cinco pontos, conforme exposto no item 3 (metodologia) deste artigo.

Diante dos resultados obtidos, nota-se que, nas questões referentes a planejamento e orçamento, como, por exemplo, a importância da definição de metas financeiras, a construção de um planejamento de gastos familiares e a influência da administração do dinheiro no futuro financeiro, houve concordância da maioria dos beneficiários, ou seja, mais de 80% consideram importante definir metas financeiras para o futuro e acreditam que a forma como gerenciam seu dinheiro irá afetar o futuro de suas finanças, mas 75,87% revelam ter dificuldades para construir um planejamento de gastos familiares. Esses dados corroboram o estudo de Mette, Araldi e Rohde (2018), os quais apontam, na etapa quantitativa, um alto índice de concordância em relação ao efeito do gerenciamento das finanças no futuro.

Tabela 1 - Atitude financeira das beneficiárias e dos beneficiários do PMCMV

ASSERTIVA	DT	DP	NCND	CP	CT
É importante definir metas financeiras para o futuro.	3.11%	1.95%	6.61%	29.96%	58.37%
Não me preocupo com o futuro financeiro. Vivo apenas o presente.	40.08%	33.46%	12.84%	12.84%	0.78%
Poupar é impossível para nosso atual orçamento familiar.	4.67%	12.06%	11.67%	34.24%	37.35%
Depois de tomar uma decisão sobre dinheiro, tendo a me preocupar muito com a minha decisão.	2.33%	18.68%	30.35%	36.19%	12.45%
Eu gosto de comprar coisas porque isso me faz sentir bem.	5.84%	21.01%	21.40%	40.47%	11.28%
É difícil construir um planejamento de gastos familiares.	3.11%	9.34%	11.67%	46.69%	29.18%
Disponho-me a gastar dinheiro em coisas que considero importantes para mim.	1.95%	8.95%	10.89%	63.04%	15.18%
Eu acredito que a maneira como eu administro meu dinheiro irá afetar o futuro das minhas finanças.	2.33%	4.28%	10.89%	46.69%	35.80%
Considero mais satisfatório gastar dinheiro do que poupar para o futuro.	6.23%	26.85%	29.57%	29.96%	7.39%
O dinheiro é feito para gastar.	5.45%	13.62%	39.69%	29.18%	12.06%

Fonte: Dados da pesquisa

Nota: (DT) discordo totalmente; (DP) discordo parcialmente; (NCND) nem concordo, nem discordo; (CP) concordo parcialmente; (CT) concordo totalmente.

Ainda em relação à análise dos dados da **Tabela 1**, verificou-se que, quando questionados sobre a preocupação com o futuro financeiro, 73,54% discordaram parcial ou

totalmente, apontando que não vivem apenas o presente e se preocupam com o futuro de suas finanças. Por outro lado, aproximadamente, 72% dos beneficiários alegam que, diante do atual orçamento familiar, fica impossível poupar algum valor para o futuro, podendo essa condição ter como causa diversos fatores, como des controle no orçamento e/ou renda incompatível com a despesa familiar. Esse resultado vai ao encontro dos achados de Mette, Araldi e Rohde (2018), visto que os respondentes, no geral, demonstram preocupação com o futuro, mas não procuram melhorar seus hábitos financeiros e a maioria não tem qualquer reserva financeira.

Quanto à relação entre os gastos (despesas) e a poupança, quando questionados sobre preocupação em relação às decisões financeiras e sentimento de maior satisfação ao gastar do que ao poupar o dinheiro, os respondentes demonstraram maior confusão ou incerteza, apontando a maioria de respostas para concordância ou discordância parcial. No entanto, mais de 50% dos beneficiários concordam total ou parcialmente que comprar coisas fazem com que os mesmos se sintam bem e quase 80% se dispõem a gastar dinheiro com coisas que consideram importantes para si.

Na sequência, ao avaliar as vinte e duas assertivas referentes ao comportamento financeiro (**Tabela 2**), observou-se que, ao ir as compras, principalmente, em se tratando de uma compra de maior volume financeiro, os beneficiários tendem a comparar preços e analisar condições de pagamento, o que corrobora o estudo de Mette, Araldi e Rohde (2018), os quais apontaram que a classe C tem esse comportamento como característica.

Nas questões relacionadas a planejamento e orçamento (**Tabela 2**), os resultados mostram que mais de 60,0% não têm um plano de gastos e/ou orçamento, 47,08% dos pesquisados não costumam anotar seus gastos pessoais, 37,35% anotam apenas parcialmente e 6,61% concordaram totalmente que têm controle sobre as despesas. O resultado diverge do encontrado por Fiori *et al* (2017) no estudo com os trabalhadores do Município de Manaus, capital do Estado do Amazonas – Brasil. Em sua pesquisa, os autores encontraram que apenas 14% dos pesquisados informaram não ter qualquer controle sobre seus gastos. Sugere-se que essa diferença seja em razão das características do público-alvo da pesquisa, levando em conta que, entre os respondentes do estudo de Fiori *et al* (2017), 55% não têm dependentes financeiros e os níveis de escolaridade são mais elevados, visto que 46% têm ensino superior incompleto e 48% têm ensino superior completo e/ou pós-graduação.

Entre as assertivas que apresentaram maior dispersão respostas, além daquelas que se referem ao planejamento e orçamento, encontram-se as associadas ao crédito e gastos (despesas). Nesse caso, apenas 9,73% dos beneficiários concordam totalmente que conseguem identificar os juros pagos ao efetuar uma compra no crédito, o que corrobora os resultados do estudo de Mette, Araldi e Rohde (2018), que identificaram que, ao contratar um novo empréstimo, financiamento ou outro produto de crédito, a classe C brasileira não tem o hábito de verificar com cuidado as taxas de juros a serem pagas.

As compras por impulso ou sem planejamento, bem como o atraso no pagamento das faturas de cartão de crédito, são fatores que merecem atenção, pois podem levar ao endividamento. Nesse âmbito, apenas 12,45% dos beneficiários afirmaram não comprar por impulso ou diversão, enquanto que a maioria, cerca de 87%, compraram impulsivamente em determinado momento. Esse percentual de compradores impulsivos é mais elevado do que o verificado no estudo de Fiori *et al* (2017), em que apenas 1% afirmou fazer compras por impulso, bem como é discrepante em relação ao resultado do estudo de Gathergood (2012), cujo respondentes que apresentaram problemas de autocontrole representam 9,2% da amostra.

Hipoteticamente, essa diferença de resultados pode ser devido ao período em que foram colhidos os dados dos estudos, pois, de acordo com o trabalho de Rodrigues (2021), a facilidade e a comodidade de realizar compras via internet têm sido um elemento fundamental para o aumento do consumo impulsivo, visto que as compras on-line tiveram um aumento de 30% do ano de 2017 para 2018, com movimento de tendência crescente, principalmente, entre o público

mais jovem. Já sobre o pagamento das faturas de cartão de crédito, 17,90% concordam totalmente que efetuam o pagamento integralmente a fim de evitar a cobrança de juros e, conseqüentemente, mitigar a incidência de custos financeiros sobre a dívida.

Em relação à poupança, mais de 60% discordaram parcial ou totalmente que poupam parte da renda mensal. Para Piccini e Pinzetta (2014), o comprometimento total da renda dificulta a construção de mecanismos de reserva e influencia negativamente na qualidade dos gastos. Quando questionados se, todos os meses, os beneficiários têm dinheiro suficiente para pagar todas as despesas pessoais e convencionais da casa, apenas 8,17% responderam que concordam totalmente com essa afirmativa. Nesse sentido, entende-se que mais de 90% dos respondentes não conseguem cumprir as obrigações convencionais mensais, podendo esse fator levar ao não pagamento ou ao atraso das prestações, visto que 75,10% dos beneficiários revelaram já ter atrasado as parcelas ou estar em atraso no presente, conforme exposto na **Figura 1**.

A respeito de reserva financeira, 65,37% discordaram total ou parcialmente que guardam dinheiro para atingir objetivos financeiros a longo prazo, enquanto 49,03% discordaram totalmente que têm uma reserva financeira igual ou maior a três vezes as despesas mensais e 26,85% discordaram parcialmente dessa afirmativa. Esse resultado expõe que a maioria dos beneficiários não têm recursos financeiros para emergências.

Tabela 2 - Comportamento financeiro das beneficiárias e dos beneficiários do PMCMV

ASSERTIVA AVALIADA	DT	DP	NCND	CP	CT
Anoto e controlo os meus gastos pessoais (ex.: planilha de receitas e despesas mensais).	13.23%	33.85%	8.95%	37.35%	6.61%
Comparo preços ao fazer compras.	3.11%	7.00%	7.00%	50.97%	31.91%
Reservo parte do dinheiro que recebo mensalmente para uma necessidade futura.	21.01%	38.91%	10.51%	24.12%	5.45%
Tenho um plano de gastos / orçamento.	19.46%	45.53%	12.84%	17.51%	4.67%
Consigo identificar os custos financeiros (juros pagos) ao efetuar uma compra no crédito.	7.78%	22.57%	14.40%	45.53%	9.73%
Traço objetivos para orientar minhas decisões financeiras.	8.17%	25.68%	10.89%	40.47%	14.79%
Eu alcanço os objetivos que determino ao gerenciar meu dinheiro.	7.78%	22.96%	21.01%	40.47%	7.78%
Eu discuto com a minha família sobre como devemos usar nosso dinheiro (gastar, poupar, etc).	17.90%	31.13%	9.34%	32.68%	8.95%
Pago minhas contas em dia.	3.11%	25.68%	8.17%	43.58%	19.46%
Poupo parte da minha renda todos os meses.	22.57%	42.02%	8.95%	22.96%	3.50%
Gasto parte do dinheiro antes mesmo de recebê-lo.	4.30%	13.28%	8.59%	40.63%	33.20%
Frequentemente, peço dinheiro emprestado para a família ou amigos para pagar as contas (ou dívidas).	36.19%	35.41%	8.95%	15.56%	3.89%
Eu analiso minhas condições de pagamento (meu orçamento) antes de fazer uma compra de maior porte (volume financeiro).	5.45%	8.17%	11.28%	40.86%	34.24%
Todo mês, tenho dinheiro suficiente para pagar todas as minhas despesas pessoais e as despesas convencionais da casa (despesas comuns, tradicionais).	9.73%	39.30%	12.45%	30.35%	8.17%
Eu evito comprar por impulso ou por diversão (sem planejamento prévio).	3.11%	23.35%	17.90%	43.19%	12.45%
Eu pago as faturas do cartão de crédito (crediário ou caderneta de mercado) integralmente para evitar a cobrança de juros.	4.67%	24.51%	13.23%	39.69%	17.90%
Eu guardo dinheiro regularmente para atingir objetivos financeiros de longo prazo como, por exemplo, melhorar a educação dos meus filhos, aquisição de uma casa, aquisição de bens diversos ou mesmo para fins de melhorar minhas condições de aposentadoria.	39.69%	25.68%	12.84%	16.34%	5.45%
Eu passo a poupar mais quando minha renda tem algum acréscimo (exemplo: aumento salarial).	15.95%	34.63%	18.29%	20.62%	10.51%
Tenho uma reserva financeira igual ou maior 3 vezes as minhas	49.03%	26.85%	7.78%	12.06%	4.28%

despesas mensais que pode ser resgatada imediatamente.

Antes de comprar alguma coisa (produto ou bem), verifico cuidadosamente se tenho condições para pagar.	7.39%	15.56%	14.01%	50.19%	12.84%
Nos últimos 12 meses, tenho conseguido poupar dinheiro.	31.91%	31.13%	10.51%	19.07%	7.39%
Ao decidir sobre quais produtos financeiros (investimentos) ou de crédito (empréstimos ou financiamentos) irei utilizar, considero as opções de diferentes empresas/bancos.	5.84%	13.23%	18.68%	50.97%	11.28%

Fonte: Dados da pesquisa

Nota: (DT) discordo totalmente; (DP) discordo parcialmente; (NCND) nem concordo, nem discordo; (CP) concordo parcialmente; (CT) concordo totalmente.

Na última etapa, a Figura 2 apresenta uma síntese do conhecimento financeiro dos beneficiários do PMCMV, nessa expõe-se os percentuais de respostas referentes as oito perguntas relacionadas ao conhecimento financeiro. No que tange aos resultados, vale destacar que, em apenas duas das questões relacionadas ao conhecimento financeiro, atingiu-se o percentual de respostas corretas maior que o de respostas incorretas.

Nas questões relacionadas à taxa de juros, nota-se a maior concentração de respostas incorretas, em especial, naquelas cujo ponto central foi o regime de juros compostos, como, por exemplo, na primeira questão apresentada na **Figura 2**. Nessa questão, apenas 18,68% dos beneficiários responderam corretamente a pergunta que destacava uma modalidade de investimento de longo prazo. Em contrapartida, na questão que tratava especificamente do regime de juros simples (compra do televisor), o percentual de respostas corretas foi de 46,30%.

Em relação às questões sobre retorno e investimento, a maioria dos beneficiários responderam incorretamente ou escolheram a opção não sei. Esse resultado corrobora o estudo de Piccini e Pinzetta (2014), segundo o qual 95% dos pesquisados não têm conhecimento financeiro para realizar investimentos de ordem financeira.

Ao analisar a porcentagem de acertos e características sociodemográficas, foi constatado que os homens apresentaram maior porcentagem de respostas corretas em comparação às mulheres em todas as perguntas sobre conhecimento financeiro. Em média, os beneficiários do sexo masculino responderam corretamente 38,55% das oito questões, enquanto, em média, as mulheres acertaram 31,33% das oito perguntas. O resultado mostra uma diferença matemática e, portanto, não permite afirmar categoricamente que essa diferença seja estatisticamente significativa, mas os resultados corroboram os achados de Potrich, Vieira e Kirch (2015), os quais constataram que pessoas do sexo masculino são significativamente mais alfabetizadas financeiramente que pessoas do sexo feminino.

Em relação à escolaridade, nota-se que, entre pessoas que concluíram apenas o ensino fundamental e as que se declaram sem escolaridade, houve menor porcentagem de acertos do que entre pessoas com níveis de escolaridade mais elevados. Esse resultado corrobora os resultados obtidos nos estudos de Lusardi e Mitchell (2011) e de Potrich, Vieira e Kirch (2015), os quais apontaram que quanto maior é o nível de escolaridade de um indivíduo, maior é seu nível de alfabetização financeira.

Levando-se em consideração a faixa etária dos respondentes, a primeira questão sobre conhecimento financeiro não apresentou grande divergência na porcentagem de acertos. Já na questão sobre inflação, 44,44% dos beneficiários com idade acima de 60 anos responderam corretamente à pergunta, enquanto entre os mais jovens com idade de 18 a 29 anos apenas 26,92% acertaram. A porcentagem mais elevada de acertos por parte das pessoas com idade mais elevada, especificamente, na questão sobre inflação, pode estar relacionada à maior experiência desse público com o período hiperinflacionado, no qual, de acordo com Rossi (1994), a taxa média de inflação chegou a 8,25% ao mês entre os anos de 1980 e 1986 e, mesmo apesar dos diversos planos governamentais, cuja finalidade foi estabilizar os preços até o ano de 1993, essa porcentagem chegou ao patamar de 15,02%.

Quanto à ocupação dos respondentes, destaca-se o percentual de respostas corretas no âmbito do conhecimento financeiro por parte dos servidores públicos, os quais acertaram em torno de 75% das questões, seguidos por 35,22% dos beneficiários sem carteira assinada ou com emprego informal, 32,41% com carteira assinada ou emprego formal e 13,94% que não trabalham. Esse resultado corrobora o estudo de Potrich, Vieira e Kirch (2015), o qual constatou que, juntamente com outras variáveis, a ocupação tem função importante na alfabetização financeira do indivíduo.

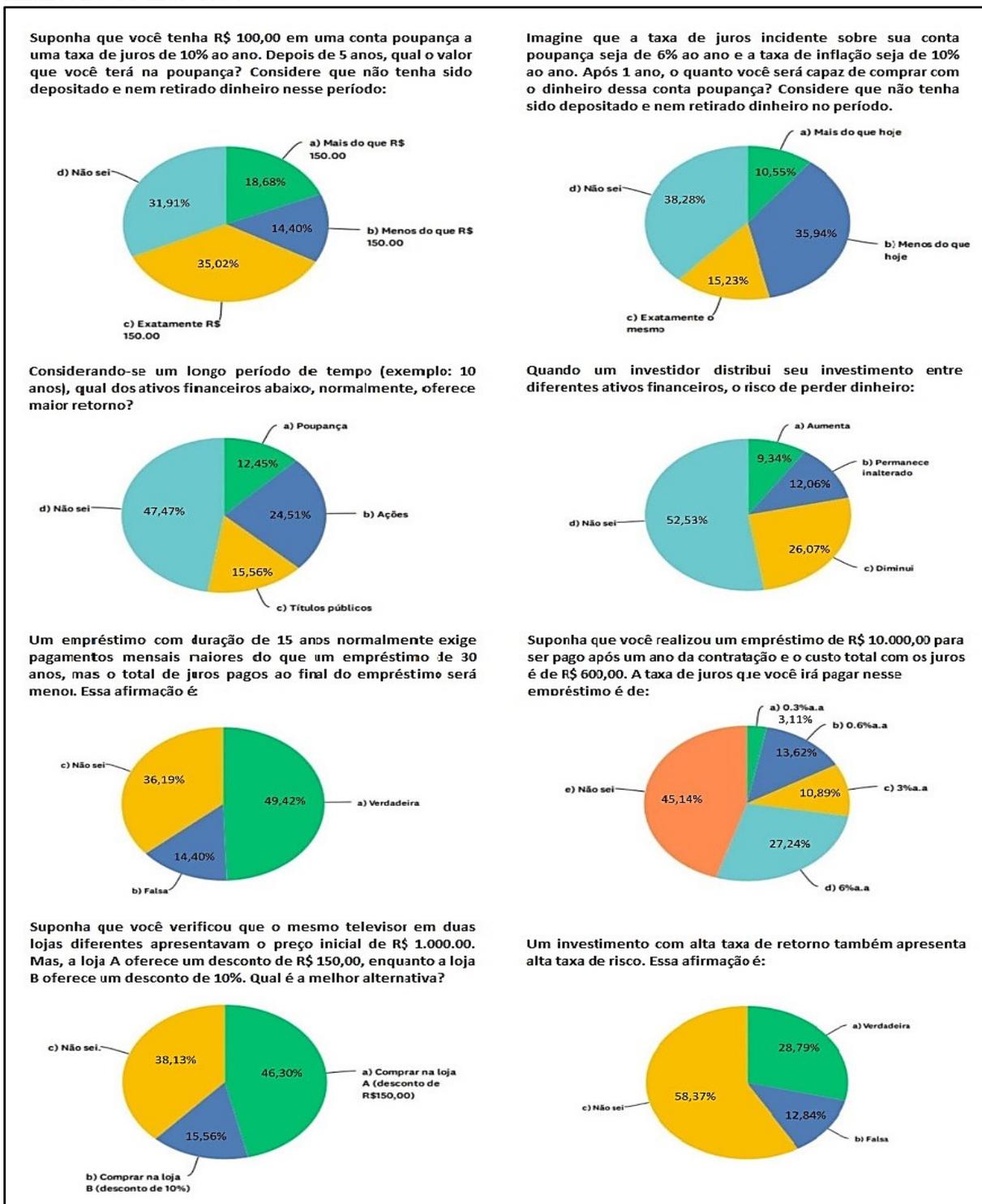


Figura 2 – Conhecimento financeiro dos beneficiários do PMCMV

Fonte: Dados da pesquisa

5. Conclusões

Diante da exposição teórica acerca da importância da alfabetização/educação financeira para o cotidiano das pessoas, em especial, pelo impacto desse conhecimento nas decisões econômicas de indivíduos e/ou famílias, tem-se que, hipoteticamente, um nível de alfabetização/educação financeira mais elevado está associado a tomadas de decisões financeiras mais adequadas e eficazes.

Assim sendo, a presente pesquisa buscou analisar a atitude, o comportamento e o conhecimento em finanças de beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida no Município de Ituiutaba/MG.

Diante dos resultados da pesquisa, com foco inicial no perfil dos beneficiários, verificou-se a predominância do sexo feminino, com faixa etária predominante de 30 a 49 anos, com estado civil composto, principalmente, de solteiros, com dependentes e maioria composta por pessoas que concluíram o ensino médio ou antigo segundo grau, além de trabalhadores com carteira assinada ou emprego formal, com renda familiar entre um e dois salários mínimos.

Em relação à atitude financeira, concluiu-se que a maioria dos beneficiários demonstraram preocupação com o futuro financeiro, mas revelaram ter dificuldades para construir um planejamento de gastos familiares. Essa conclusão associa-se à concepção de Santos e Silva (2014) de que, em conjunto com o descontrole orçamentário, as dúvidas e desconhecimentos em finanças contribuem com o endividamento e, conseqüentemente, com a inadimplência. Além disso, concluiu-se que o público pesquisado não tem o hábito de poupar dinheiro, o que amplia a vulnerabilidade financeira para urgências e emergências orçamentárias.

Em se tratando do comportamento financeiro, concluiu-se que os beneficiários têm o hábito de pesquisar preços, o que corrobora os achados de Mette, Araldi e Rohde (2018), segundo os quais esse é um comportamento característico da classe C. Nesse aspecto, ressalta-se que mais da metade dos respondentes não têm um plano orçamentário e nem controle sobre suas despesas, além de a maioria apresentar comportamento de compra impulsivo, que é um fator preocupante e que alerta para a importância de políticas/ações voltadas à geração de conhecimento financeiro para esse público.

Quanto ao conhecimento financeiro, pôde-se concluir que, em geral, os pesquisados não têm conhecimento adequado para realizar investimentos, o que corrobora as conclusões de Piccini e Pinzetta (2014). Nesse âmbito, matematicamente, concluiu-se que os homens têm maior conhecimento financeiro que as mulheres, o que não quer dizer que essa diferença seja estatisticamente significativa. Esse aspecto não foi verificado (não se constituindo como objetivo da pesquisa), o que pode ser considerado um limite da presente pesquisa e, também, uma sugestão para avaliações de estudos futuros. Contudo, pode-se concluir que pessoas com escolaridade baixa ou sem escolaridade e sem ocupação (desempregadas) têm menor conhecimento financeiro quando comparadas com aquelas com maior grau de escolaridade e formal/informalmente empregadas.

Diante dos resultados, análises e conclusões da pesquisa, sugere-se, para estudos futuros, uma análise mais detalhada dos perfis socioeconômicos desse público, comparando estatisticamente as diferenças na atitude, no comportamento e no conhecimento financeiro pelos diversos grupos, com o fim de contribuir para a criação de ações/políticas voltadas à alfabetização/educação financeira do público pesquisado, independentemente dos níveis de escolaridade, dos gêneros, das rendas e dos demais perfis sócio-demográficos levantados na investigação. Ao levar em conta este estudo (diagnóstico), em especial, com a finalidade de gerar maior conhecimento em finanças, pode-se ponderar sobre a efetivação de ações voltadas à capacitação para um planejamento financeiro adequado, perpassando por informações sobre como tornar mais eficientes as tomadas de decisões financeiras e de consumo.

Apesar de a importância da geração de conhecimento em finanças ser fundamental,

principalmente, por estar associada a atitudes e comportamentos mais adequados na gestão das finanças pessoais e familiares, as conclusões desta pesquisa acendem um sinal de alerta para a importância de se dar ênfase a ações/políticas voltadas à alfabetização/educação financeira das pessoas com menor nível de escolaridade.

Referências

ATKINSON, A.; MESSY, F. A. Assessing financial literacy in 12 countries: an OECD/INFE international pilot exercise. **Journal of Pension Economics & Finance**, v. 10, n. 4, p. 657-665, oct. 2011.

AZEVEDO, S. Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-86): criação, trajetória e extinção do BNH. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 107-119, out./dez. 1988.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Mercado Imobiliário. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/grafico/graficococisic/credito_estoque_ativo_problematic_o_pf> acesso em 21 de outubro de 2019.

BARBOSA, J. S.; PRADO, R. A. D. P.; SILVA, M. A. Orçamento doméstico: sondagem de opinião do consumidor do pontal do Triângulo Mineiro. **Revista de Administração e Contabilidade**, Feira de Santana, v. 6, n. 2, p. 50-67, mai./ago. 2014.

BEAL, D. J.; DELPACHITRA, S. B. Financial literacy among Australian university students. **Economic Papers: A journal of applied economics and policy**, v. 22, n. 1, p. 65-78, 2003.

BLAND, J. M.; ALTMAN, D. G. Statistics notes: Cronbach's alpha. **BMJ**, v. 314, n. 7080, p. 572, 1997.

BRASIL. Caixa Econômica Federal. Programa Minha Casa Minha Vida: Entidades e Recursos FDS. 2013 a 2015. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/Downloads/habitacao-minha-casa-minha-vida/MANUAL_MCMV_ENTIDADES.pdf> acesso em 21 de outubro de 2019.

BRASIL. Sobre o PAC. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>> acesso em 20 de outubro de 2019.

BRAUNSTEIN, S; WELCH, C. Financial literacy: An overview of practice, research, and policy. **Fed. Res. Bull.**, v. 88, p. 445, 2002.

CAIXA. Programa minha casa minha vida: entidades recursos FDS. 2020.

CAMPBELL, J. Y. Household Finance. **The journal of finance**, v. 61, n. 4, p. 1553-1604, 2006.

CAVANA, R.; DELAHAYE, B.; SEKERAN, U. **Applied business research: qualitative and quantitative methods**. John Wiley & Sons, 2001.

CONFEDERAÇÃO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. Percentual de famílias com dívidas aumenta em abril de 2019. Disponível em: <<http://cnc.org.br/editorias/economia/noticias/cnc-divulga-pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor>>. Acesso em: 19 ago. 2019.

COSTA, C. M.; MIRANDA, C. J. Educação financeira e taxa de poupança no Brasil. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 3, n. 3, p. 57-74, set./dez. 2013.

COSTA, G. K. M.; TROCCOLI, I. R. Financiamento popular: a percepção do processo e de suas consequências nas classes menos favorecidas. **Cadernos UniFOA**, Volta Redonda – RJ, n. 25, p. 53-68, Ago. 2014.

- CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos quantitativo, qualitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DONADIO, R.; CAMPANARIO, M. D. A.; RANGEL, A. D. S. R. O papel da alfabetização financeira e do cartão de crédito no endividamento dos consumidores brasileiros. **Revista Brasileira de Marketing**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 75–93, jan./abr. 2012.
- FIORI, D. D.; MAFRA, R. Z.; FERNANDES, T. A.; FILHO, J. B.; NASCIMENTO, L. R. C. O efeito da educação financeira sobre a relação entre adimplência e trabalhadores na cidade de Manaus. **SINERGIA**, Rio Grande, v. 21, n. 2, p. 31-45, jul./dez. 2017.
- FONSECA, J. S.; MARTINS, G. A. **Curso de Estatística**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- FONSECA, R.; MULLEN, K. J.; ZAMARRO, G.; ZISSIMOPOULOS, J. What explains the gender gap in financial literacy? The role of household decision making. **Journal of Consumer Affairs**, v. 46, n. 1, p. 90-106, 2012.
- FRAGA, L. S.; VIEIRA, K. M. Retrato da inadimplência dos beneficiários da faixa 1 do “minha casa, minha vida”: análise da associação da inadimplência com variáveis socioeconômicas e de gerenciamento financeiro. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 11, n. 3, p. 1-24, jan. 2019.
- FRANCISCHETTI, C. E.; CAMARGO, L. S. G.; SANTOS, N. C. Qualidade de vida, sustentabilidade e educação financeira. **Revista de Finanças e Contabilidade da Unimep**, Piracicaba, v. 1, n. 1, p. 33-47, jul./dez. 2014.
- GANGA, G. M. D. Trabalho de conclusão de curso (TCC) na Engenharia de Produção: um guia prático de conteúdo e forma. São Paulo: Atlas, 2012.
- GATHERGOOD, J. Self-control, financial literacy and consumer over-indebtedness. **Journal of Economic Psychology**, Nottingham, v. 33, n. 3, p. 590-602, 2012.
- HILGERT, M. A.; HOGARTH, J. M.; BEVERLY, S. G. Household financial management: The connection between knowledge and behavior. *Fed. Res. Bull.*, 2003, 89: 309.
- HOGARTH, A.; HILGERT, M. Household financial management: The connection between knowledge and behavior. **Federal Reserve Bulletin**, v. 89, n. 7, p. 309-322, 2003.
- HOGARTH, J. M.; HILGERT, M. A. Financial knowledge, experience and learning preferences: Preliminary results from a new survey on financial literacy. **Consumer Interest Annual**, v. 48, n. 1, p. 1-7, 2002.
- HUSTON, S. J. Measuring financial literacy. **Journal of Consumer Affairs**, v. 44, n. 2, p. 296-316, 2010.
- KLAPPER, L.; LUSARDI, A.; PANOS, G. A. Financial literacy and its consequences: Evidence from Russia during the financial crisis. **Journal of banking & finance**, v. 37, n. 10, 2013.
- LIZOTE, S. A.; LANA, J.; VERDINELLI, M. A.; SIMAS, J. Finanças pessoais: um estudo envolvendo os alunos de ciências contábeis de uma instituição de ensino superior. **Revista da UNIFEPE**, Brusque, v. 1, n. 19, p. 71-85, set/dez. 2016.
- LO, H.; HARVEY, N. Shopping without pain: compulsive buying and the effects of credit card availability in europe and the far east. **Journal of Economic Psychology**, v. 32, n. 1, p. 79-92, 2011.
- LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. Financial literacy and retirement planning in the United States. **Journal of pension economics & finance**, v. 10, n. 4, p. 509-525, 2011.

- LUSARDI, A.; TUFANO, P. Debt literacy, financial experiences, and over in indebtedness. **Journal of Pension Economics and Finance**, Cambridge University Press, v. 14, n. 4, p. 332-368, 2015.
- MATOS, C. A.; BONFANTI, K.; METTE, F. M. B. Comportamento do consumidor endividado: um estudo exploratório com indivíduos de baixa renda. **Gestão e Sociedade**, v. 8, n. 20, p. 670-687, mai./ago. 2014.
- MATTHIENSEN, A. Uso do coeficiente alfa de Cronbach em avaliações por questionários. **Embrapa Roraima-Documents (INFOTECA-E)**, 2010.
- METTE, F. M. B. A educação financeira como um instrumento estratégico para dar sustentabilidade ao crescimento econômico brasileiro. **International Journal of Business & Marketing**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 43–52, 2015.
- METTE, F. M. B.; ARALDI, T.; ROHDE, L. A. Responsabilidade financeira: como a educação e a alfabetização financeira influenciam a inadimplência? Uma análise da classe C brasileira. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 18, n. 40, p. 76-88, set./dez. 2018.
- MOREIRA, V. S.; SILVEIRA, S. F. R. Estariam satisfeitos os beneficiários do programa minha casa, minha vida? Evidências empíricas em municípios do estado de Minas Gerais. **RECADM**, Curitiba, v. 16, n. 2, p. 106-126, Mai./Ago. 2017.
- NATIONAL FINANCIAL CAPABILITY STUDY (NFCS). (2013). Report of findings from the 2012. **Financial Industry Regulatory Authority (FINRA)**. Recuperado em 30 abril, 2014, de http://www.usfinancialcapability.org/downloads/NFCS_2012
- O'NEILL, B; XIAO, J. Financial behaviors before and after the financial crisis: evidence from an online survey. **Journal of financial counseling and planning**, v. 23, n. 1, p. 33-46, 2012.
- OECD INFE. Measuring Financial Literacy: Core Questionnaire in Measuring Financial Literacy: Questionnaire and Guidance Notes for conducting an Internationally Comparable Survey of Financial literacy. Paris: OECD, 2011.
- PICCINI, R, A, B.; PINZETTA, G. Planejamento Financeiro Pessoal e Familiar. **Unoesc & Ciência - ACSA**, Joaçaba, v. 5, n. 1, p. 95-102, jan./jun. 2014.
- POTRICH, A. C. G; VIEIRA, K. M; KIRCH, G. Determinantes da alfabetização financeira: análise da influência de variáveis socioeconômicas e demográficas. **Revista contabilidade & finanças – usp**, São Paulo, v. 26, n. 69, p. 362-377, set./dez. 2015.
- QUEIROZ, S. N.; REMY, M. A. P. A.; PEREIRA, J. M. P. D.; FILHO, L. A. S. Análise da evolução dos programas federais de transferência de renda (PBF e BPC) no Brasil e estados do Nordeste–2004-2009. **XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP). Anais... Setembro, Caxambu (MG)**, 2010.
- RODRIGUES, D. F. Consumo impulsivo e jovens consumidores: compras via aparelhos celulares. 2021.
- ROSSI, J. W. O modelo hiperinflacionário da demanda por moeda de Cagan e o caso do Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 24, n. 1, p. 73-96, 1994.
- RUBIN, G. R.; BOLFE, S. A. O desenvolvimento da habitação social no Brasil. **Ciência e Natura**, Santa Maria, v. 36, n. 2, p. 201-213, maio/ago. 2014.
- SANTOS, A. C.; SILVA, M. Importância do planejamento financeiro no processo de controle do endividamento familiar: um estudo de caso nas regiões metropolitanas da Bahia e Sergipe. **Revista Formadores: Vivências e Estudos**, Cachoeira-BA, v. 7 n. 1, p. 05-17, Jun. 2014.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, p. 1121- 1141, Nov./Dez. 2007.

SEHN, C. F.; JUNIOR, R. J. C. Inadimplência no sistema financeiro de habitação: um estudo junto à Caixa Econômica Federal (Caixa). **Revista De Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 59-84, mar./abr. 2007.

SERASA EXPERIAN. **Inadimplência em 2018: um perfil por segmentos, aging, região e classe social**. Disponível em: <<https://www.serasaexperian.com.br/blog/inadimplencia-em-2018-um-perfil-por-segmentos-aging-regiao-e-classe-social-tag-cobranca>>. Acesso em 23 ago. 2019.

SHOCKEY, S. S. Low-wealth adults' financial literacy, money management behaviors, and associated factors, including critical thinking. **Diss. The Ohio State University**, 2002.

SILVA, H. M. R.; PARENTE, J. G.; KATO, H. T. Segmentação da baixa renda baseado no orçamento familiar. **Revista de Administração FACES Journal**, Minas Gerais, v. 8, n. 4, p. 98-114, out./dez. 2009.

VAN ROOIJ, M. C. J; LUSARDI, A; ALESSIE, R. J. M. Financial literacy and retirement planning in the Netherlands. **Journal of economic psychology**, v. 32, n.4, 2011.

VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 16 ed. São Paulo: Atlas, 2016.